

O problema em torno do conceito de “raça”: será que a “raça” é uma *ilusão*?*

Joana Inês Pontes
(Instituto de Filosofia, Universidade do Porto)
joanainespontes@gmail.com

(...) o estudo da raça, tal como a teoria dos números, é algo que leva os homens à loucura.¹

Ao longo da última década, o conceito de “raça” tem estado no centro de diversos debates políticos, científicos e filosóficos, tendo surgido uma grande afluência de trabalhos em metafísica da “raça” e algumas abordagens semânticas. Embora seja amplamente aceite que as “raças” não partilham de essências que demarcam as suas características físicas e intelectuais, as opiniões sobre aquilo que o termo “raça” significa divergem, dando origem a movimentos distintos: de que falamos quando falamos em “raça”? A “raça” é (ou não) real? Pode a “raça” ser utilizada num contexto científico? As recentes investigações dos teóricos da “raça” dividem-se em três respostas gerais que diferem, fundamentalmente, no carácter metafísico da “raça”: i) *eliminativismo racial*: visão segundo a qual as “raças” não existem - falar de “raças” não é melhor do que falar sobre bruxas ou unicórnios²; ii) *naturalismo racial*: as “raças” podem existir como grupos populacionais com relevância biológica, baseados em características naturais (genéticas), mas sem qualquer relação com as teorias populares da “raça”³; iii) *construtivismo*

* Trabalho realizado sob o financiamento da FCT do projecto “O (des)acordo científico em torno do conceito de ‘raça’”.

¹ Banton & Haerdwood, 1975, 8.

² Appiah, 1992, 1996, 1998; Zack, 2002, 2003.

³ Andreasen, 2000, 2005; Kitcher, 1999, 2007.

racial: a “raça” existe, é real, mas é uma construção social – um grupo cultural, *folk cultural concept*⁴.

A escolha entre uma destas aproximações à “raça” pode parecer, num sentido depreciativo, apenas semântica, mas o debate sobre aquilo que se entende por “raça” joga um papel determinante na “avaliação complexa de uma série de práticas e considerações normativas”⁵. A eliminação ou conservação do conceito de “raça” no vocabulário corrente (senso comum) e científico está na base de várias tomadas de decisão, tais como o abandono da variável “raça” na produção de fármacos em benefício de certos grupos genéticos e/ou da sua utilização na realização de estudos de grupos de risco, entre outros estudos populacionais muitas vezes denominados de étnicos.⁶

Partindo da consideração da tese de Anthony Appiah (1992) de que *não há tal coisa chamada “raça”* (i.e. da desconstrução biológica do conceito de “raça” vulgarizada em filosofia e nas ciências humanas em geral) e colocando ênfase no problema de saber se as “raças” podem ou não ser pensadas como tipos naturais (TN), este artigo pretende mostrar que a “raça” existe, é real, possui implicações aquando da sua utilização e que Appiah não está correcto ao concluir que a “raça” (concebida como conceito de TN) é uma ilusão: i) há um desacordo semântico e metafísico entre *eliminativistas*, *construtivistas* e *naturalistas* sobre aquilo que os termos ou conceitos raciais se referem, determinando o debate actual sobre o lugar da “raça”; ii) os *eliminativistas* erram ao negar a possibilidade de se desenvolver um conceito adequado de “raça”: nem sempre o que as pessoas pensam sobre a “raça” no senso comum (SC) corresponde ao seu significado – o facto de as “raças” não serem categorias biológicas, isso não faz delas coisas “ilusórias”; iii) não

⁴ Glasgow, 2009; Haslanger, 2008; Mills, 1999.

⁵ Haslanger, 2008.

⁶ As questões relativas à definição e validade do uso da variável “raça” e as suas limitações na captura de similaridades biológicas ou genéticas têm sido objecto de reflexão crítica de vários investigadores na saúde pública; ver Laguardia J. (2004), O uso da variável “raça” na pesquisa em saúde. *Physis*, 14(2): 197-234; Aspinall PJ. (1998), Describing the “white” ethnic group and its composition in medical research. *Soc Sci Med*, 47(11):1797-1808; Escarce, J. J. (2005) How Does Race Matter, Anyway? *HSR: Health Services Research*, 40. Thomas, S. B. (2001) The Color Line: Race Matters in the Elimination of Health Disparities. *American Journal of Public Health*, 91, 1046-1048. Frank, R. (2007) What to make of it? The (Re)emergence of a biological conceptualization of race in health disparities research. *Social Science & Medicine*, 64.

faz sentido continuarmos presos na falsa divisão radical entre cultura e biologia (cultura/ciência): a “raça” traduz o carácter biosocial da investigação biomédica, apresentando-se como uma realidade biológica e, simultaneamente uma construção social – *biosocial concept*; iii) as diferenças entre as “raças” não são diferenças essenciais, mas *superficiais*, i. e. visíveis a “olho nu”⁷ e suficientemente relevantes para a sua classificação em classes/grupos e utilização em contexto comum e científico.

Desacordo metafísico

A ideia de raça só foi desenvolvida no último século, por isso, mesmo as pessoas que juram a sua existência, não concordam com a sua natureza.⁸

Deve o conceito de “raça”⁹ ser banido do nosso discurso e práticas (*eliminativistas*) ou deve ser conservado, pelo menos no presente (*anti-eliminativistas ou preservacionistas*)? Saber se a “raça” deve ou não permanecer no nosso discurso implica, antes de mais, que o termo “raça” possua um significado específico, sendo que aquilo que o conceito de “raça” significa faz parte do próprio problema, tornando-se difícil objectivar.

⁷ Hardimon, 2003, 442.

⁸ Marks, 2008, 21.

⁹ Importa esclarecer que o conceito de “raça” aparece ao longo deste artigo entre aspas pelo simples facto de não existir um consenso universal sobre a sua natureza e definição – o conceito de “raça” é ambíguo e o seu uso arbitrário. Em contexto anglo-saxónico, particularmente, no universo americano, o conceito de “raça” nunca é utilizado entre aspas, a legislação americana comporta a divisão racial nos seus estatutos – ver em OMB, Standards for the Classification of Federal Data on Race and Ethnicity http://www.whitehouse.gov/omb/fedreg_race-ethnicity – apesar de não existir consenso em relação à definição. Em Portugal, considere-se Europa, a regra geral quanto ao emprego e manipulação do conceito de “raça” segue o consenso da UNESCO (1992) de que “raça” é um termo conflituoso e violento, sem base biológica que deve ser permanentemente substituído pelo termo etnia. O dicionário de língua Portuguesa contém o termo, sendo que as definições apresentadas dividem-se sempre entre origem, descendência e diferenças étnicas. No discurso comum não parece existir uma directiva, lei ou declaração que obrigue à eliminação radical do uso do conceito “raça”, embora existam investigadores oriundos das ciências sociais que argumentam a favor da eliminação do conceito e do seu uso exclusivo como categoria social, ver Manuela Cunha, 2000, A Natureza da “raça”, *Sociedade e Cultura* 2, 13: 191-203.

O actual debate sobre a ontologia da “raça”¹⁰ aparece sumariamente em resposta à tese segundo a qual a “raça” é um *mito* ou uma *ilusão*¹¹. Esta proposta pode ser classificada de *anti-realista*, por oposição ao grupo de *realistas* que concebem a “raça” como *alguma coisa de real* existente no mundo (mesmo que não concordem quanto à sua natureza). A resposta *eliminativista* de que a “raça” (concebida como entidade biológica) não é real e deve ser eliminada do contexto de debate não é consensual e levanta conflitos, em particular, com a complexa teoria popular da “raça” - que partilha da ideia de que as “raças” são entidades reais. Como veremos adiante (fig.1), não existe uma única maneira de dizer que as “raças” são reais, nem uma única forma de as conceber como categorias biológicas. Na verdade, existem teóricos que estão de acordo quanto à natureza da “raça”, mas diferem quanto à sua utilização e/ou importância em determinados contextos. Em contraste com o *eliminativismo*, está a actual perspectiva do *naturalismo racial* segundo a qual, os membros de uma determinada “raça” possuem algum tipo de propriedades naturais (ou talvez até mesmo genéticas) que fazem deles aquilo que eles são e a partir das quais nós os concebemos. As pessoas estão ligadas entre si por laços de ancestralidade que as conectam a certos grupos e locais geográficos específicos, influindo no desenvolvimento de certos traços comuns. Apesar de os *naturalistas raciais* não partilharem de uma visão unívoca sobre o conceito biológico de “raça” mais apropriado (uns concebem a “raça” como *clado*, outros como *população* ou *ecótipo* e alguns como *geneticamente relevante*), todos aceitam que, independentemente daquilo que podemos dizer acerca dela, falar de “raças” é falar de uma categoria biológica real, cuja existência não depende de uma qualquer construção social. A formulação pode ser apresentada da seguinte forma: as “raças” existem, embora “de modo geral, não correspondam às categorias populares da raça”¹².

Segundo a ideia de que falar de “raças” é falar de algo bem real, o *construtivismo racial* (outra forma de realismo) – inspirado em grande medida por Du Bois – defende que a “raça” é uma “construção social, ainda que com consequências práticas”¹³: a “raça” é real como uma coisa de tipo social (TS)

¹⁰ A ontologia da “raça” tem sido recentemente desenvolvida por vários autores ligados à filosofia da linguagem; ver Peter Osborne (2002). *Philosophies of Race and Ethnicity*. Continuum International Publishing Group.

¹¹ Appiah, 1992, 1996, 1999; Zack, 2002.

¹² Pigliucci & Kaplan, 2002, 1169.

¹³ Du Bois, 1897.

– e não de tipo natural. Do mesmo modo que médicos, professores, políticos e advogados são reais porque são grupos de pessoas socialmente construídos, também os tipos raciais de pessoas são reais, mas socialmente construídos. Neste sentido, os grupos raciais são grupos reais que foram criados pelas nossas práticas sociais - não por um qualquer processo biológico - encontrando-se *isentos* de análise científica, pelo menos ao nível da sua definição. A ideia do *construtivismo social* não é uma novidade, mas no caso do estudo da “raça” pode tornar-se incómoda e radical, gerando múltiplas perspectivas sobre aquilo que podemos entender por “raça” (identidade, pertença, nacionalismo, pátria, etc.). Esta perspectiva acaba por colocar todos os teóricos numa situação de aceitação, na medida em que não existe filósofo ou cientista que resista à ideia de que “raça”, “laboratório” ou “gene” são conceitos socialmente construídos e que o contexto no qual são definidos e aplicados possuem efeitos directos naquilo que apreendemos de cada um deles. As perspectivas descritas podem ser representadas no seguinte quadro:

		ANTI-REALISMO	REALISMO	
		Eliminativismo	Construtivismo	Naturalismo
A raça é uma categoria natural?	Não		Não	Sim
A raça é real?	Não		Sim	Sim

Fig. 1 – Desacordo metafísico¹⁴

O debate entre *eliminativistas*, *construtivistas* e *naturalistas* apresenta-se, primeiramente, como um debate ontológico acerca da “raça” que vai, provavelmente, permanecer na arena durante muito tempo. A não existência de um estudo científico que determine uma divisão radical (extrema) entre os diferentes grupos raciais (genes raciais ou marcadores genéticos), permite que as perspectivas no interior destes grupos se multipliquem nas várias

¹⁴ Esta tabela foi elaborada a partir da do esquema simplificado intitulada *Fontes de Desacordo* que pode ser consultada em Haslanger, S., 2008, *A Social Constructionist Analysis of Race*, 60 (in *Revisiting Race in a Genomic Age*, edited by B. Koenig, S. S. Lee and S. S. Richardson: Rutgers University Press.).

áreas em que a questão racial é abordada (sobretudo, na sociologia, biomedicina, antropologia, filosofia e psicologia). Alguns cientistas preferem alojar-se na ideia de que a ciência irá um dia desvendar a verdade oculta sobre o ser humano e o debate em torno da *natureza* da "raça" terminará – *the truth will out device* (TWO). Enquanto outros cientistas, os quais denominamos de cépticos¹⁵, preferem deixar-se absorver pelo consenso obtido pelo *master argument* de que similitude no interior de grupos é maior do que entre diferentes grupos¹⁶, mantendo-se abertos na procura de outras explicações para a definição e uso da "raça". Perante a multiplicidade de discursos epistemológicos, alguns filósofos acabam por abandonar o terreno ontológico, solidificando a investigação em filosofia da "raça"¹⁷.

O debate sobre o conceito de "raça" enfrenta, assim, não apenas um desacordo semântico, mas um desacordo metafísico: a questão aqui é saber se a "raça" é (ou não) um tipo natural. Quando falamos de "raça" estamos a propor falar de: i) tipos científicos reais, tal como ouro ou água; ii) de tipos ilusórios, tal como fazemos quando falamos de bruxas ou pégasos; iii) ou de um tipo de elemento do mundo socialmente construído (como os universitários, os médicos) que não podem constituir-se como objecto de estudo científico?

¹⁵ Estes cépticos são uma espécie de *quasi-racialist* – termo usado por Taylor (2004) e utilizado aqui para identificar indivíduos que não aceitam o *eliminativismo* porém, aceitam a possibilidade de atribuir outro uso ou significado à "raça" atendendo ao contexto de manipulação.

¹⁶ A expressão *master argument* é comumente conhecida nas controvérsias raciais como referência ao "poderoso" argumento de Lewontin contra a existência de "raças" do ponto de vista biológico. Lewontin (1972) declara que as classificações raciais estão isentas de qualquer "significado genético ou taxonómico" baseando-se na teoria de que as diferenças registadas no interior de grupos raciais é superior a 85%, pelo que as diferenças entre grupos raciais são mínimas, segundo o autor insuficientes para falarmos de "raças"; ver Richard Lewontin, 1972, *The Apportionment of Human Diversity. Evolutionary Biology*, 6: pp. 391-398. Apesar de existirem respostas científicas a desmentir esta publicação, são muitos os biólogos, sobretudo, filósofos que fundamentam a tese da não existência de "raças" biológicas neste estudo estatístico.

¹⁷ Grande parte dos trabalhos explicitamente dedicados à filosofia da "raça" debruçam-se na *critical race theory*, desenvolvendo perspectivas muito interessantes do ponto de vista psicológico e cognitivo, refugiando em teorias da linguagem e na exploração do *reconstrucionismo* como uma solução (*anti-realista*) para a substituição radical do discurso racial (minorias, discriminação, *racial profiling*, etc.). Ver Albert Atkin, 2012, *The Philosophy of Race*, Acumen; Joshua Glasgow, 2009, *Theory of Race*, New York: Routledge.

A proposta *eliminativista racial*: “raça” como *ilusão*

There are no races: there is nothing in the world tha can do all we ask 'race' to do for us.¹⁸

Baseada no consenso de que não existem essências raciais, a teoria do *eliminativismo racial* sustenta que a “raça” não se refere a coisas existentes, sendo que a única coisa no mundo à qual o termo/conceito se poderia referir - “raças” biológicas – não existe. O argumento pressupõe que o conceito biológico de “raça” se compromete com algum tipo de essencialismo e uma vez que o mesmo não existe, a “raça” não é real. O argumento pode ser exposto da seguinte forma:

(E1) Se não há base biológica adequada para as nossas categorias raciais, então a “raça” é uma ilusão.

(E2) Não há base biológica adequada para as nossas categorias raciais.

(E3) Logo, a “raça” é uma *ilusão*¹⁹.

Segundo Appiah, a eliminação da “raça” não implica que não podemos falar sobre “raça”, significa apenas que a “raça” (sobre a qual debatemos e construímos ideias) é um conceito vazio. Será que os falantes que usam o termo “raça” sabem que estão a falar de um conceito oco? Como se explica que as pessoas falem com tanta certeza da “raça” e/ou criem discursos raciais? Segundo Appiah, a tese de que a “raça” é uma ficção remete-nos para o problema de saber se as pessoas comuns sabem de que é que falam quando empregam o conceito de “raça”.²⁰ Para resolver este problema, Appiah (inserido num discurso linguístico) sugere a exploração de dois modelos filosóficos tradicionais sobre a referência. Ao primeiro modelo chama teoria “ideativa” (*ideational*); ao segundo, teoria *referencial*. Appiah argumenta que, segundo estas tradições, ambos os termos raciais falham na tarefa de referir.

A teoria “ideativa” que Appiah descreve é muito semelhante ao que é sustentado pelas teorias *descritivistas* (Frege, Russell) – responsáveis pelo

¹⁸ Appiah, 1992, 57.

¹⁹ Argumento semelhante apresentado por Joshua Glasgow, 2009, 112-14.

²⁰ Embora as “raças” - concebidas como tipos biológicos – não sejam reais, tal não significa que não “existam” nas nossas cabeças; nós temos crenças sobre a “raça”; falamos sobre a sua estrutura e relações, tal como falamos da estrutura dos extraterrestres ou da cor dos unicórnios. Mas, não é por acreditarmos que as “raças” existem que elas se tornam efectivamente reais.

modelo explicativo internalista: i) Um termo ou conceito para um TN está a associado a uma descrição definida ou conjunto de descrições (proposições) às quais os falantes associam o termo ou conceito; ii) O termo/conceito só pode referir a uma única coisa que deve satisfazer os componentes dessa descrição; iii) se não há uma única coisa que satisfaça a descrição, o termo não se refere. Durante muito tempo, as teorias *descritivistas* foram importantes na discussão filosófica sobre a "raça", sobretudo, na investigação dos conceitos raciais. Para justificar a sua utilização, Appiah argumenta que as pessoas que utilizam o conceito de "raça" possuem um entendimento (ou noção) *comum* do termo que lhes permite a comunicação entre si:

"As pessoas que sabem o que conceito de "raça" significa, aprendem certas regras de utilização do conceito: por isso, embora as pessoas possuam diferentes crenças acerca das raças, elas partilham crenças especiais – às quais chamo de *crenças de critério* – que definem o conceito."²¹

A "raça" é, neste sentido, alguma coisa que satisfaz um *bom número de crenças de critério*, que foram adquiridas num determinado contexto, por um grupo de falantes: alguma coisa é uma "raça" apenas se as crenças de critério acerca dela são verdadeiras. Mas no meio das crenças de critério – responsáveis pela definição do conceito – podem existir algumas que não são sustentadas por todas as pessoas que utilizam o termo "raça", por exemplo, para os antropologistas físicos, a noção de "raça" classifica as pessoas num ranking de espécie, mas para os antropologistas genéticos a "raça" é utilizada para classificar a espécie humana em agrupamentos genéticos. Esta ausência de critérios unívocos torna, segundo Appiah, muito difícil argumentar contra a existência de "raças", razão pela qual parte para exploração daquilo que as pessoas pensam em relação às "raças": *como é que as "raças" devem ser para que sejam verdadeiras para todos* - se é que as "raças" podem ser alguma coisa. Em que é que as pessoas que acreditam na existência da "raça" estão a pensar quando empregam o termo? Quanto à ideia que as pessoas possuem sobre o significado da "raça", Appiah é claro e objectivo: as descrições associadas ao conceito ordinário de "raça" estão comprometidas com o *racialismo*²² – quando as pessoas falam em "raça" referem-se, geralmente, a diferenças "naturais". Assumindo que não existem tais *essências raciais*, então, para os *eliminativistas* não há "raças": as

²¹ Appiah, 1996, 52.

²² Appiah, 1996, 54.

pessoas enganam-se quando pensam que estão a falar de “raças” como se fossem entidades reais; na verdade não estão a falar de qualquer coisa de real. Esta perspectiva equivale a dizer que “raça” como TN com essências não existe, logo, não é real. Um dos erros de Appiah é privilegiar a noção ordinária de “raça” e associar a impossibilidade de desenvolvimento de um conceito científico de “raça” com a sua inexistência: nem sempre aquilo que as pessoas pensam no SC sobre os TN (mamíferos, vidro, árvores) corresponde ao seu significado científico²³. Existe uma grande dificuldade em estabelecer na linguagem do SC um rigor científico e/ou biológico aquando da utilização de conceitos de *teor científico*.

Nas últimas décadas, a preponderância da teoria descriptivista foi derrubada devido ao trabalho desenvolvido por Saul Kripke (1972) e Hilary Putman (1975). Ambos forneceram um conjunto de argumentos poderosos contra o *descriptivismo* mediante a introdução da *teoria causal da referência* – a qual Appiah intitula de teoria *referencial*. Na abordagem semântica dos termos para TN, Putman e Kripke argumentam que: i) o sentido dos termos para TN não é dado pelas suas descrições (comuns aos falantes de uma língua), mas pela sua propriedade essencial (*microscópica*); ii) os termos de TN são *designadores rígidos*: têm como referente o mesmo objecto (ou objectos) em todos os mundos possíveis em que exista um designador rígido referente (ex. Água = H₂O; Ouro = Au); os termos para TN referem-se rigidamente, “(...) o significado não pode ser identificado com a extensão.”²⁴; iii) a referência é aprendida, inicialmente, por actos de batismo e fundamentação múltipla que chegam até ao falante mediante uma cadeia causal externa. Mais importante para os actuais propósitos é que enquanto as teorias descriptivistas referem mediante uma relação de *satisfação* entre o referente e os elementos da descrição, a teoria causal refere em virtude de um vínculo causal entre o uso original do termo para identificar um *tipo* e as suas utilizações posteriores. Quando introduzido, um termo escolhe a

²³ Andreason, 1998; Dupré, 1981.

²⁴ Putman, 1973, 245. O exemplo mais famoso é, talvez, o argumento da terra gémea de Putman em que a água é entendida como uma substância com uma estrutura química diferente na terra (H₂O) e na terra gémea (XYZ). Apesar de satisfazer a descrição associada com água, Putman argumenta que XYZ não é água porque possui uma estrutura química diferente. Neste sentido, dois falantes podem associar a mesma *intensão*, mas terem diferentes extensões, “Mais uma vez vemos que o estado psicológico de um falante não determina a extensão (ou o significado) no mundo.”(Putman, 1975, 226)

propriedade ou propriedades que oferecem a melhor explicação causal das características centrais dos usos dessa palavra.

Aplicada ao caso da "raça", estas teorias sugerem a possibilidade de os termos raciais se referirem a alguma outra coisa que não essências biológicas, mesmo que as pessoas tenham uma vez acreditado que as "raças" eram caracterizadas por essências – ou ainda acreditem. Se assim for, não devemos concluir do consenso de que não há essências raciais que a "raça" não existe, mas que as "raças" existem, ainda que as pessoas tenham estado enganadas sobre aquilo que as "raças" são. Se a teoria causal da referência está correcta, devemos perguntar se existem candidatos para servir como referente para os termos ou conceitos raciais. A ideia é simples, para aceder à ideia de "raça" é necessário encontrar o referente, i. e. encontrar o objecto no mundo que está na origem da corrente causal que possui a expressão "raça": se há alguma coisa no mundo que melhor explica o debate sobre a raça, então *isso será aquilo a que a 'raça' se refere*²⁵. Appiah considera duas possibilidades e, posteriormente, rejeita-as: i) "raça" como *população*: ancestralidade comum (onde a genealogia ocupa um lugar primordial); ii) "raça" como *grupo*: padrão de características dos maiores continentes humanos – incluindo a cor da pele, tipo de cabelo e morfologia corporal.

Consideremos o referente população, termo central nos estudos de variação genética, utilizado frequentemente como eufemismo de "raça" em estudos genéticos actuais²⁶. População é, tal como a "raça", um conceito complexo em biologia (e filosofia) – existem muitos debates interessantes em torno da forma como se devem traçar os limites das comunidades de potenciais indivíduos que se cruzam entre si. Porém, Appiah não se mostra preocupado com o termo "raça" para determinar populações no domínio da genética populacional, a sua dúvida não está na existência de "raças"

²⁵ Appiah, 1996, 40.

²⁶ Face à pressão exercida pelo abandono da "raça" como categoria biológica (Montagu, 1941; Livingstone, 1962; Lewontin, 1972; UNESCO, 1950; AAPA, 1996), os investigadores biomédicos começaram a utilizar *eufemismos genéticos*, tais como população, grupo populacional, grupos continentais, geografia, etnia, grupo étnico, ancestralidade (entre outros) com o objetivo de evitar as críticas ao uso do conceito "raça" para inferir variações genéticas e acentuar a objectividade científica; ver Johnny Williams, 2011, They Say It's in the Genes: Decoding Racial Ideology in Genomics. *Journal of Contemporary Ethnography*, 40 (5): 550-581; Dani Gonzalez, Linda Suleiman and Gabriel Ivey (2010) Is There a Role for Race in Science and Medicine. 96 (9), 12-18.

biológicas *aplicadas* a determinados organismos, mas da sua extensão à espécie humana:

De facto, em muitas plantas e animais existem populações locais que são reprodutivamente isoladas de outras, diferentes na forma de agrupamento e interesse biológico, e mesmo assim, capazes de cruzamento quando colocadas artificialmente juntas; e os biólogos, tanto antes como depois de Darwin, poderiam ter-lhes chamado “raças”. Isso não acontece nos seres humanos.²⁷

A dificuldade de Appiah está na aceitação da noção de *reprodução isolada* e da sua extensão às populações humanas tendo por base o *pensamento tipológico* (essencialista). Durante muito tempo, as teorias biológicas foram dominadas pela tradição filosófica *essencialista*, segundo a qual as espécies biológicas (por ex. as plantas) eram compostas por um conjunto de características essenciais²⁸ que não eram partilhadas com outras espécies. Os essencialistas referiam-se a tais espécies como TN com essências (*kind essentialism*).²⁹ Uma vez definidas como TN, as “raças” (entendidas como subespécies), eram igualmente concebidas como TN com essências, sendo que algumas das principais taxonomias raciais foram criadas por biólogos essencialistas, tais como Linnaeus e Buffon, os quais criaram taxonomias de espécies e, posteriormente, “raças” segundo as suas essências específicas. Apesar de o *essencialismo* permanecer como uma visão muito comum entre os filósofos, são pouquíssimos os biólogos que resistem essencialistas. Após a revolução darwiniana, espécies e populações deixaram de ser vistas como tipos, classes *essencialmente* definidas passando a ser concebidas como *biopopulações* compostas por indivíduos geneticamente únicos³⁰. Em consequência, a procura de uma propriedade essencial ou traço distintivo partilhado unicamente por um único grupo de indivíduos, tornou-se, em biologia contemporânea, teoricamente supérflua. As teorias biológicas são, hoje, dominadas por uma perspectiva anti-essencialista de classificação de espécies, caracterizada como pensamento

²⁷ Appiah, 1996, 73.

²⁸ Trata-se do elemento básico (primário) do ser de uma coisa, a sua natureza; aquilo sem o qual não poderia ser o que é.

²⁹ A natureza cria diferenças entre os indivíduos e tais diferenças são “reais” ou “naturais” (por oposição a construídas), pois são a natureza essencial de uma categoria natural. Quando elementos de uma classe possuem tais essências, chamamos-lhes TP. Esta teoria será explorada na próxima secção.

³⁰ Mayr, 2002, 91.

populacional (*population thinking*)³¹. O *tipo* passou a ser considerado uma abstracção e a variação tornou-se real: as populações começam a ser caracterizadas em virtude das características comuns a toda a população, que se reproduzem livremente na natureza separadamente de outros agrupamentos, mediante a *reprodução isolada* (ou ausência de cruzamento)³². Esta *reprodução isolada* é biologicamente importante porque indica a barreira do fluxo de genes e sustenta o potencial para a diferenciação biológica entre populações. Se as populações raciais são isoladas desta forma, podem ser candidatos para os referentes de termos ou conceitos raciais, “os naturalistas identificam tais populações como subespécies ou ‘raças’”³³. Porém, este isolamento não significa, para um *populacionista*, que todos os membros daquela subespécie ou “raça” são detentores exclusivos de todas as características imaginárias e actuais atribuídas à “raça” à qual pertencem. Um dos problemas de Appiah está na incompreensão de que essas diferenças não são essenciais, também existem dentro de todas as “raças” humanas:

Uma vez na posse da figura moderna genética, é possível vermos que cada pessoa é o produto de um enorme número de características, que interagem entre si e com o ambiente e não há nada na teoria da evolução que nos garanta que um grupo que partilha certas características irá partilhá-las todas e ainda outras mais somente entre si. Características em diferentes cromossomas são, segundo os mendelianos, independentemente distribuídas.³⁴

Appiah rejeita a *reprodução humana isolada* em grupos ou populações distintas, mostrando-se céptico relativamente aos grupos contemporâneos que têm o requisito de reprodução isolada. Tanto Appiah (1996) como Zack (2002) pensam que da ausência de *reprodução isolada* entre os principais grupos raciais (tal como são identificados no discurso comum) não se segue a formação de grupos raciais no sentido de populações biológicas, pois aceitar a *reprodução isolada* em populações significa sublinhar a existência

³¹ Os *populacionistas* (ao contrário dos *tipologistas*) desenvolvem uma forma radical de olhar para a natureza: “o mundo vivo não consiste em variáveis essenciais, mas em populações altamente variáveis” (Mayr, 2002, 92).

³² Na formulação clássica de Mayr, “espécies são grupos de actual ou potencial cruzamento de populações naturais as quais são potencialmente isoladas de outros grupos semelhantes.” (Mayr, 1999, 120).

³³ Kitcher, 2007, 296.

³⁴ Appiah, 1996, 68.

de características que são partilhadas, “somente entre si” (*pensamento tipológico*) Mas, dizer que não há diferenças biológicas inatas/fixas que separam categoricamente indivíduos não é o mesmo que dizer que nenhuma diferença biológica existe ao longo desses grupos:

Aqueles que subscrevem este parecer [“não existem raças humanas”] são, obviamente, ignorantes em biologia moderna. As raças não são algo especificamente humano; as “raças” ocorrem numa grande percentagem de espécies de animais. Pode ler-se em qualquer livro sobre a evolução que quando raças geográficas de animais são isolados de outras raças da sua espécie, podem tornar-se, no devido tempo, novas espécies.³⁵

Apesar da controvérsia entre cientistas relativamente ao uso da “raça” como variável em estudos científicos, sobretudo no acordo em relação ao que se entende por “raça” (ancestralidade, parentesco, linhagem, etc.) no que respeita a variabilidade genética, existe consenso de que grupos progressivamente isolados tendem a desenvolver e partilhar características diferenciadoras de outros grupos igualmente isolados (a controvérsia gira em torno da importância quantitativa e qualitativa dessas diferenças para as nomearmos “raças”)³⁶:

Se raças biológicas são definidas pela singularidade, em seguida, há um número muito grande de raças biológicas que podem ser definidas, contrariando o conceito clássico de raça biológica da antropologia física. Além disso, os nossos resultados mostram que os seres humanos podem ser precisamente classificados em origem geográfica usando craniometria mesmo que haja sobreposição entre os grupos.³⁷

Geneticistas populacionais e antropologistas físicos demonstram que um entendimento tipológico das diferenças biológicas é insustentável perante resultados que descrevem os padrões de variação genética no interior e entre grupos de populações humanas. As “raças” não são entendidas como

³⁵ Mayr, 2002: 89.

³⁶ Contemporaneamente, são muitos os artigos científicos que abordam as diferenças genéticas em populações humanas, acentuando a possibilidade de tratar grupos humanos como grupos populacionais. Porém, esta situação não é consensual. O debate gira em torno de saber se essas diferenças entre grupos são suficientemente relevantes para as utilizarmos como variável em estudos biomédicos, ver Silvia Bittencourt and Sandra Caponi, 2009, *O Uso da Categoria "raça" na Biomedicina. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, 10(97): pp. 290-311; Josué Iaguardia, 2004, *O Uso da Variável “Raça” na Pesquisa em Saúde. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, 14(2): pp. 197-234.

³⁷ Ousley, 2009, 68.

categorias biológicas, no sentido de estarem divididas categoricamente na natureza (inatas/fixas). No entanto, nenhum geneticista deixa de subscrever que a variação entre seres humanos permanece. As diferenças podem ser superficiais (*superficial kinds*) mas, não deixam de estar presentes na natureza e de possuir informação genética acerca das origens dessas populações. Appiah e Zack demonstram, assim, ignorância ao sustentar a sua argumentação na ideia filosófica arcaica de que: i) as "raças" são constituídas por indivíduos que partilham a mesma essência; e que; ii) cada "raça" é continuamente descontinuada de todas as outras³⁸. Refugiando-se no *ontological statement* de que não há base biológica para a "raça" e servindo-se do *master argument* segundo o qual as diferenças no interior dos grupos são maiores do que as diferenças entre grupos, Appiah ignora a base epistemológica da crença científica continuada na "raça", crença que não faz sentido segundo o modelo de "raças" como categorias taxionómicas discretas mas, pode ter significado em estudos probabilísticos noutros contextos empíricos (estudos geográficos, ancestralidade, epidemiologia). Na actual investigação da biologia humana, a validação operacional do conceito biológico de "raça" como uma medida aproximada da distância genética em populações humanas tem vindo a revelar-se funcional na construção informacional.³⁹ Quando o termo "raça" é utilizado em aspectos de origens geográficas e identidade racial pode revelar-se útil na previsão das diferenças genéticas entre os grupos.

Appiah (ao contrário de Zack) reconhece que há populações que estão e têm estado durante algum espaço de tempo reprodutivamente isoladas. Porém, não é plausível dar o salto lógico (em terminologia de Appiah, semântico) para a consideração que subgrupos reconhecidos socialmente podem ser considerados tais populações: "(...) existem raças humanas, porque existem populações humanas, no sentido genético, mas não há um grande grupo social na América a que podemos chamar raça."⁴⁰ Appiah oferece aquilo a que podemos chamar de argumento de *incompatibilidade (extencional)*⁴¹. Um argumento de *incompatibilidade* sustenta que a

³⁸ Zack, 2002, 63.

³⁹ Baker, 1967, 21.

⁴⁰ Appiah, 1996, 73.

⁴¹ Appiah pensa que estes argumentos de *incompatibilidade* mostram que o referente proposto viola aquilo a que chama "condição de adequação", a qual requer que alguma coisa que é pensada como sendo verdadeira acerca do que é denotado por um termo, tem de estar, pelo menos, aproximada da verdade do candidato a

verdadeira extensão de um termo ou conceito x seria drasticamente diferente do que é acreditado sobre a extensão de x. Se nós permitíssemos que o termo “raça” determinasse populações biológicas, daí não se seguiria que grupos considerados no senso comum como “raças” (tal como “brancos” ou “pretos”) seriam “raças”. Em contrapartida, outros grupos que não são primeiramente pensados como “raças” (Appiah sugere *Amish*⁴²) poderiam contar como “raças”. Dado que tal incompatibilidade iria frustrar as intenções comuns que regem a utilização dos termos raciais, um argumento de incompatibilidade poderia apoiar o abandono ou uso de tais termos. Existe uma incompatibilidade explícita entre o candidato a referencial (conceito biológico) e a visão do senso comum da “raça” (diferenças raciais essenciais).

Quanto ao candidato referencial *grupo*, Appiah reforça a ideia de que não existindo uma completa substituição de genes entre populações (os estudos genéticos geralmente referem-se apenas a algumas características específicas), há uma partilha consideravelmente maior de similitudes do que diferenças. Logo, duas pessoas pertencentes a uma população podem diferir tanto geneticamente como um indivíduo escolhido à sorte em qualquer parte do mundo. Acrescentando o facto de que a diferença genética nem sempre corresponde à diferença morfológica, tornar-se-ia, segundo o autor, muito difícil a identificação das pessoas pela sua identidade racial, necessária à constituição do grupo:

(...) um grande número de pessoas [nos EUA] não encaixa nesta categoria, porque são produtos de misturas (por vezes, de longa data) entre pessoas que apenas grosseiramente se encaixam nesse padrão, mesmo que as distinções sociais a que chamamos de “raciais” nos Estados Unidos cubram, por contraste, quase toda a gente.⁴³

A utilização de tal noção biológica ficaria presa em substratos genéticos, fisiológicos tais como cor da pele ou morfologia, os quais possuem uma relação muito ténue com as características que são consideradas importantes para a vida moral e social. A reivindicação de Appiah é que enquanto o uso comum do termo implica uma importância social e

referencial. (Appiah, 1996, 40).

⁴² Grupo religioso (cristão) que procura viver isolado da sociedade moderna e dos seus confortos (automóveis, telefones, etc.); são conhecidos pelos seus costumes conservadores e por recriarem o modo de vida rural do séc. XVII.

⁴³ Appiah, 1996, 74.

psicológica nos grupos a que esses termos são aplicados, não há razão para esperar que o conceito biológico de população ou o conceito de grupo baseado na observação de um padrão dominante de características possuam este género de importância. Appiah não está inconsciente que grupos socialmente reconhecidos como "raças" podem ser distinguidos ao nível genético. A ignorância do reconhecimento da dimensão biológica da "raça" não decorre de uma consideração inadequada ou incompleta do consenso científico mas, de uma decisão deliberada para negar a importância das práticas científicas no desacordo com a conclusão empírica preferida.⁴⁴ Appiah acaba por utilizar essas diferenças como base para acreditar na realidade ontológica previamente estabelecida como semanticamente e filosoficamente injustificada.

O acordo ontológico de que as "raças" não são entidades reais não está estabelecido em biologia. Esta vontade filosófica de negar *a priori* a possibilidade de debater as possibilidades do conceito de "raça" em ciência, em prol da igualdade e da extinção do racismo, sem a realização de um estudo aprofundado sobre aquilo que vai sendo determinado como "raça" em genética, evidencia o seu distanciamento da presente prática científica. Independentemente do acordo ontológico instituído em filosofia em relação à inexistência de "raças" biológicas, "raça" e biologia permanecem ligadas, a diferenciação biológica é tomada como garantida⁴⁵ e o conceito de população parece ser o melhor candidato a referencial:

Os dados de muitas fontes indicam que os seres humanos são geneticamente homogéneos e que a variação genética tende a ser compartilhada amplamente entre as populações. As variações genéticas geograficamente estruturadas, como esperado a partir do isolamento parcial das populações humanas durante a maior parte da sua história. Uma vez que os conceitos tradicionais

⁴⁴ Fullerton, 2007, 250.

⁴⁵ Ver Michael Campbell and Sarah Tishoff, 2010, *The Evolution of Human Genetic and Phenotypic Variation in Africa*. *Current biology : CB*, 20(4): R166-R173; Armand Leroi, 2005, *A Family Tree in Every Gene*. *NY Times*, A22-23; Neil, Risch, Esteban Burchard, Elad Zib, et. al, 2002, *Categorization of humans in biomedical research: genes, race and disease*. *Genome Biology*, 3 (7). Stephan, Ousley, Richard Jantz, Sonna Freid, 2009, *Understanding Race and Human Variation: Why Forensic Anthropologists are Good at Identifying Race*. *American Journal of Physical Anthropology*, 139: 68-76; Duana Fullwiley, 2007, *Race and Genetics: Attempts to Define the Relationship*. *BioSocieties*, 2: 221-237.

de raça estão, por sua vez, relacionados com a geografia, é inexato afirmar que a raça é "biologicamente sem sentido".⁴⁶

A objecção do *eliminitivismo racial* baseia-se, assim, na ideia de que existe uma incompatibilidade ou desfasamento entre o que os falantes comuns esperam dos conceitos raciais e aquilo que eles recebem deles⁴⁷ – desacordo *extensional* entre o uso científico e o uso no SC dos termos de TN (neste caso é dísparo). Appiah conclui que das tradições apresentadas (e dos candidatos a referente), *you can't get much of a race concept*⁴⁸. Ambos podem ser candidatos do referencial da noção de sentido, mas nenhum deles corresponde aos grupos sociais a que chamamos "raças". Esta ausência de correspondência leva Appiah a rejeitar a possibilidade de construção de uma noção de "raça", eliminando-a do discurso comum. Simultaneamente, esta distância de correspondência possibilita que o conceito de "raça" continue a ser explorado em contexto científico. Será que o desacordo *extensional* (entre ciência e CS) e a associação equívoca do conceito de "raça" no SC ao *racialismo* são motivos suficientes para desistirmos do conceito de "raça"? E, se não, pode o conceito de "raça" ter pertinência biológica sem estar comprometido com o essencialismo? Os passos seguintes vão procurar mostrar que podemos ser realistas em relação à "raça", sem que para isso tenhamos de ser essencialistas ou *racialistas*.

O mito das essências raciais

Provavelmente nós tendemos a pensar as raças como essencialmente diferentes apenas porque queremos desculpar ou justificar a dominação de uma raça por outra.⁴⁹

Em primeiro lugar, perguntar acerca da natureza das "raça" é, apesar das críticas dos geneticistas, fazer uma pergunta filosófica e biológica. Quando falamos de "raças" estamos a falar de tipos naturais ou de indivíduos? Será

⁴⁶ Jorde, 2004: S29.

⁴⁷ Glasgow, 2003, 461. Glasgow discute o desacordo *extensional* entre o uso dos temos para TN em ciência e no SC, alertando para o facto de o conceito biológico de "raça" não encaixar no uso ordinário do termo: "aquilo que no meio científico se concebe como sendo *raça* não se adequa ao número de classificações reconhecidas no senso comum" (Glasgow, 2003, 467).

⁴⁸ Appiah, 1999, 276.

⁴⁹ Hacking, 2005, 103.

que as “raças” se referem a uma categoria na natureza ou apenas a um mecanismo útil para organizar o nosso conhecimento biológico? Para oferecer uma resposta completa será necessário não apenas recorrer a informação empírica e a teorias biológicas, como a elementos metafísicos e epistemológicos. Em segundo, perguntar pela natureza da “raça” significa abordar dois problemas conceptuais (similares ao problema da natureza das espécies): i) estatuto ontológico da “raça”: tal como no problema das espécies, existem filósofos e biólogos que defendem a existência de “raças” como TN, refugiando-se no *kind essentialism* – encontrado no trabalho filosófico de Kripke (1972) e Putman (1975), cujas origens remontam a Aristóteles e Locke; e no trabalho biológico de Linnaeus e Buffon; enquanto outros filósofos e praticamente todos os biólogos rejeitam a presença de essências, refugiando-se na teoria da estrutura populacional segundo a qual a “raça” é uma entidade genealógica, uma linhagem de populações – Mayr (1999), Gannet (2002) e o filósofo Kitcher (1999) são alguns representantes; ii) o modelo de classificação taxionómica pluralista: quer a “raça” como a espécie foram ao longo da sua história definidas de diversas formas e incluídas em múltiplas classificações; existem filósofos e biólogos que defendem a existência de apenas uma classificação correcta do mundo orgânico (monistas); em oposição, os pluralistas consideram que o mundo é pluralista, aceitando mais do que uma classificação – Kitcher (1984), Ereshefky (1992) e Dupré (1993) defendem que o pluralismo nas espécies deve ser adoptado por razões ontológicas; Kitcher, juntamente com Andreasen (2000, 2004) estendem esse pluralismo ao conceito de “raça”.

Historicamente, a “raça” (como TN esteve associada à crença de que as raças possuem algum tipo de *essências raciais*, aquilo a que Appiah chama de *racialismo*⁵⁰: crença que os membros de uma particular “raça” partilham

⁵⁰ Importa distinguir *racialismo* de *racismo*. *Racialismo* é o nome de uma teoria ou família de teorias acerca de espécies humanas e as suas divisões; está ligado à ideia filosófica do essencialismo através da qual as coisas que se parecem semelhantes entre si são creditadas como partilhando propriedades semelhantes (da mesma natureza). O *racismo* é, por contraste, uma atitude afectiva e voluntária exercida sobre indivíduos e grupos, pressupondo normalmente o reconhecimento da desigualdade: i) existem diferenças essenciais (fixas) entre grupos humanos (a que chamamos “raças”); ii) tais grupos estão hierarquicamente classificados segundo a natureza (do superior ao inferior); iii) os grupos superiores podem exercer domínio sobre os inferiores. Ser racista não implica ser *racialista*, do mesmo modo que um *racialista* não está comprometido com a doutrina do racismo; para uma abordagem detalhada ver Moore, J. H. (2008) *Encyclopedia of Race and Racism*. Farmington Hills, MI: Thomson Gale, 183-184.

certas tendências e características imutáveis comuns entre si (hereditárias, físicas, psicológicas, intelectuais e culturais) que não partilham com os membros de outras “raças”:

Podemos dividir os seres humanos num pequeno número de grupos, chamados de "raças", de tal forma que os membros desses grupos compartilhavam certas características fundamentais, hereditárias, físicas, morais, intelectuais e culturais que não compartilhavam com os membros de qualquer outra raça.⁵¹

Durante muito tempo a “raça” (tal como a espécie) foi acreditada como sendo algum tipo de essência *bio-comportamental*, possuindo um conjunto de propriedades essenciais (naturais e, talvez até genéticas). O sistema de transmissão racial apoiava-se na “crença falsa de que existiam propriedades genéticas, um gene da ‘raça’ ou grupo de genes”⁵² que individuavam as “raças”, explicando um grande número de alegadas diferenças raciais no comportamento, inteligência e morfologia dos indivíduos. A *crença falsa* de que as “raças” eram uma *subespécie*⁵³ demarcada pela natureza estava associada à tradicional visão filosófica que concebe as espécies biológicas como TN com essências (*tipological thinking*)⁵⁴:

um tipo natural é uma classe de entidades que partilham um tipo específico de essência; tais essências capturam a estrutura fundamental do mundo; ou usando a frase de Platão, *esculpem a natureza nas suas articulações*.⁵⁵

Dizer que uma “raça” é um TN, significa dizer que é composta por propriedades naturais ou “reais”, i. e. que pode constituir-se como uma categoria ou classificação taxonómica em que determinados objectos podem ser agrupados com base em características “reais” (propriedades essenciais) comuns aos membros de um certo tipo natural – e não uma consequência das marcas (ou atribuições) através das quais os homens as agrupam em classes. Podemos encontrar TN no vocabulário comum (ex. cavalo, abóbora)

⁵¹ Appiah, 1996, 81.

⁵² Root, 2000, S634.

⁵³Uma *subespécie* é: 1) uma subdivisão de espécies taxonomicamente reconhecida; 2) definidas geograficamente e/ou ecologicamente com características distintas; ver Mulligan & Stansfield King, 2006.

⁵⁴O problema da definição de “raça” encontra-se em estreita relação com o problema da definição das espécies.

⁵⁵ Ereshefsky, 2009, 256.

e em quase todas as disciplinas científicas, nomeadamente, em biologia e química (ex. H₂O, Au, *Drosophila melanogaster*).

As propriedades naturais estão, neste sentido, demarcadas pela natureza, mas o seu reconhecimento e consequente classificação são um acto do homem. Deste modo, as propriedades podem até ser “reais”, mas as classificações taxonómicas são sempre “artificiais” (construídas), por isso, ao longo da história biológica das “raças”, somos confrontados com um pluralismo de sistemas de taxonomia “raciais”⁵⁶. Na prática, o critério para a classificação das pessoas em “raças” procedia como se existissem propriedades genéticas singulares. A classificação como branco, asiático ou preto baseava-se genericamente em três crenças, sendo que as duas primeiras são falsas e apenas a última é verdadeira: i) as pessoas de diferentes “raças” possuem diferentes *genes da raça* que são partilhados apenas (exclusivamente) entre os membros de uma mesma “raça”; ii) as propriedades genéticas da “raça” explicam as predisposições comportamentais, culturais e intelectuais dos indivíduos e grupos raciais; iii) os genes são transmitidos hierarquicamente (geneticamente) ao longo de gerações entre pais e filhos biológicos. De facto, a transmissão genética só é possível entre indivíduos que partilham laços de sangue mas, a razão da sua relevância encontra-se nas duas primeiras (falsas) – crença que existem

⁵⁶ Linnaeus, por exemplo, no seu *Systema Naturae* (1735) divide (pela primeira vez) o ser humano em quatro “raças”: 1) americanos vermelhos; 2) europeus brancos; 3) asiáticos negros; 4) negros pretos; (1749); Buffon (1749) na famosa *História Natural* introduziu o termo *subespécie* (posteriormente associado a Linnaeus) e, embora reconhecesse (ao contrário de Linnaeus) que as diferenças eram *transitórias*, encarando as categorias como meras *conveniências*, apresentou uma lista não permanente de diferentes *tipos* de homem (Molnar, 2006, 6): 1) Polar; 2) Tártaros (mongol); 3) Asiáticos do Sul; 4) Europeus; 5) Etiópes; 6) Americanos; Blumenbach (1776) introduz o termo caucasiano e reconhece cinco variedades principais na humanidade: 1) caucasiano (*white race*); 2) Mongol (*yellow race*); 3) Malário (*brown race*); 4) Etiópe (*black race*); 5) American (*red race*); Meiners (1795) com base em estudos geográficos determina a existência de apenas duas “raças”: 1) bem-parecidos (celtas, sarmatianos, asiáticos); 2) feios (negros). Voltaire reconhece sete, Kant apenas quatro (branco; negro; mongol e Hindu). Até meados do séc. XX a genética mendeliana tornou a “raça” concebida como essência ainda mais sustentável, podendo o número de “raças” crescer de duas (Virey), até onze (Pickering), vinte e duas (Morton) ou mesmo sessenta (Crawford). Uma das principais críticas ao conceito biológico de “raça” é a aparente inexistência de critério (unanimidade): não há um número de “raças” preciso em ciência ou uma definição (universal) que satisfaça os grupos raciais comuns; ver Glasgow, J. M. (2003) *On the new biology of race*. *Journal of Philosophy*, 100, 456-474; ver Laguardia (2005), Raça, evolução humana e as (in)certezas da genética. *Antropo*, 9, 13-27.

essências que delimitam os grupos raciais e as suas habilidades físicas e intelectuais. O erro desta visão está em pensar que as “raças” como TN possuem “essências genéticas” (*race-as-essence*). A procura de um traço essencial partilhado somente por um grupo e concebido como propriedade essencial que joga um papel fundamental na ocorrência de outras propriedades nos membros desse tipo tornou-se uma tarefa impraticável e “biologicamente desnecessária”⁵⁷. Para explicar a variação não é necessário recorrer a essências (singularidade de um traço numa determinada espécie)⁵⁸. Os recentes evolucionistas citam a frequência de genes dentro das populações e as forças evolutivas que afectam as frequências que ocorrem na próxima geração. A variação elevada é explicada recorrendo à citação das frequências de gene relevantes numa determinada geração, mais a ocorrência de tais forças evolutivas, como a selecção ou adaptação.

Hoje, contrariamente ao que muitas pessoas pensam no SC, existe um consenso entre os naturalistas de que as “raças” (mesmo concebidas como TN) não partilham de tais essências e que as diferenças entre os indivíduos (físicas, intelectuais e psicológicas) estão “menos na natureza das coisas do que estavam antigamente”⁵⁹. O pensamento tipológico é substituído, tal como no estudo das espécies, pelo *pensamento populacional*. Devido à facilidade de viajar e contactar com outros povos, os grupos raciais têm vindo a reproduzir-se entre si, misturando grande parte do seu material genético, fazendo com que as tradicionais distinções raciais (Branco, Negro e Asiático) se tornem menos visíveis, podendo mesmo vir a extinguir-se (num futuro longínquo). Há cada vez mais pessoas com uma ascendência “racial” múltipla, devido ao cruzamento entre pais provenientes de diferentes culturas e grupos raciais. A mistura racial parece ser o futuro e a elevada variação genética no interior dos grupos (*ingroups*) é, talvez, uma das melhores provas⁶⁰. Porém, da similitude e mistura existente entre os vários grupos

⁵⁷ Ereshefsky, 2009.

⁵⁸ O estudo da “raça” pode ser dividido, segundo Marks (2008), em *dois paradigmas*: 1) até 1930 (genocídio): a “raça” concebida como sub-espécie com propriedades essenciais; 2) após o genocídio: a ideia de “grupos” parece ser insustentável e a “raça” é entregue aos antropologistas (factos sociais vs factos naturais), o termo permanece o mesmo (“raça”), mas a concepção subjacente é radicalmente reformulada” (Marks, 2008, 24), passando a ser estudada em termos de similitudes no *pool genético* (código de similitudes genéticas – ancestralidade).

⁵⁹ Hacking, 2005, 104.

⁶⁰ O anúncio oficial da compilação do projecto do genoma humano em 2001, confirmou que as sequências genéticas humanas são 99,9% idênticas, sendo que

populacionais humanos, não parece seguir-se a afirmação de Appiah segundo a qual a semelhança genética entre dois indivíduos pertencente a um mesmo grupo populacional é igual a um indivíduo escolhido à sorte numa população em qualquer parte do mundo. Segundo Risch et. al. (2002) esta afirmação é incorrecta, pois não possui validade empírica, “dois caucasianos são mais similares entre si geneticamente que um caucasiano e um asiático”⁶¹, caso contrário, seria impossível criar agrupamentos discretos de humanos que acabam por corresponder às principais “raças”:

Na generalidade, os indivíduos de diferentes populações possuem, em média, maior dissemelhança do que outros pertencentes ao seu grupo populacional (a variação *within* é maior do que a diferença *between* (...) Populações humanas são muito similares, mas podem ser frequentemente distinguidas.⁶²

Portanto, do consenso que “não há genes para a raça”⁶³, nem marcadores genéticos de diferenças físicas e comportamentais, não se segue (como é declarado pelos *eliminativistas*) que não existem diferenças significativas entre as “raças”. Apesar da diferença entre os grupos ser *superficial* (por oposição à essencial), é significativa, podendo revelar-se útil em investigação ancestral e biomédica. Como veremos adiante, “abandonar o realismo forte acerca dos tipos não significa desistir completamente do realismo”⁶⁴, é possível a “raça” ser real, sem que para isso esteja a ser comprometida com as essências. Em estudos biomédicos modernos, a “raça” não é assumida como uma entidade essencial ou demarcadora fixa de traços genéticos, mas como regulador de hereditariedade útil para o prognóstico e associação de grupos de risco ao desenvolvimento de doenças genéticas e no aprofundamento das origens ancestrais:

apenas 3% a 10% (desses 0.1% de variação) está associado com a ancestralidade geográfica: “as diferenças entre os maiores grupos constituem-se em 3% a 5%”, (ROSENBERG et al., 2002); para mais informações ver Satel, S. “Race and Medicine Can Mix Without Prejudice: How the Story of BiDil Illuminates the Future of Medicine”, in *Medical Progress Today* (December, 2004).

⁶¹ Risch et. al., 2002, 5.

⁶² Bamshad, 2003, 78.

⁶³ Dupré, 2008.

⁶⁴ Kitcher, 2007, 299.

⁶⁵ Na última publicação sobre a “raça”, Kitcher (2007) reafirma a sua teoria da “raça” como população e declara que o argumento *eliminativista* parte de uma premissa errada acerca dos TN (com essências). Kitcher não está seguro das essências nos TN e considera possível defender um tipo de realismo que não negue a possibilidade de classificações múltiplas, ao qual chama de “realismo pluralista”, semelhante ao *realismo promiscuo* desenvolvido por Dupré (1981).

A estrutura das populações humanas é relevante em vários contextos epidemiológicos. Como resultado da variação de frequências de ambos os factores de risco, genéticos e não genéticos, as taxas de doenças desses fenótipos como resposta adversa ao medicamento varia entre populações. Além disso, as informações sobre a população de origem do paciente podem fornecer aos profissionais de saúde, informações sobre risco quando causas diretas da doença são desconhecidas.⁶⁶

Uma proposta realista do conceito de “raça”

As aproximações *eliminativistas* falharam em reconhecer formas mais sutis em que as divisões em raças poderiam ter significado biológico.⁶⁷

Se as “raças” não existem como é que se explicam as diferenças fenótypicas entre membros de diferentes grupos humanos? Como se explica que é possível agrupar as populações mediante a frequência de alelos? Existe maior variação no interior dos grupos, do que entre grupos, será isso suficiente para não pensarmos mais na diferença entre grupos? Não será a própria variabilidade genética a prova da existência de diferença racial? Na sua tese, Appiah parece confundir racismo com racialismo, sacrificando a legitimidade histórica e biológica do conceito de “raça”. Nesta proposta realista procurar-se-á mostrar como é possível conceber a “raça” como uma realidade biológica sem que para isso tenhamos de cair num essencialismo ou naquilo a que Appiah chama de *racialismo*. Para os defensores do *naturalismo racial* a visão naturalista da “raça” não está comprometida com o *racialismo*: a “raça” possui legitimidade histórica, biológica e social uma vez que “nós dividimo-nos onde a natureza não o faz”⁶⁸. A perspectiva realista sobre a “raça” não é consensual, sendo amplamente discutida no meio científico e filosófico devido ao pluralismo de significações pelas quais é conduzido.

Para os defensores do naturalismo racial a “raça” não se encontra inscrita na natureza, porém, isso não significa que a “raça” não seja visível aos nossos olhos⁶⁹. Segundo Kitcher e Andreasen – principais mentores da perspectiva do *naturalismo racial* – a “raça” pode ser concebida como uma

⁶⁶ Rosenberg, Pritchard, Weber, et. al., 2002, 2384.

⁶⁷ Kitcher, 1999, 87.

⁶⁸ Root, 2000, S630.

⁶⁹ Hardimon, 2003, 441.

população biológica caracterizada por um certo nível de reprodução isolada. A imagem que Andreasen e Kitcher desenvolvem da "raça" é relativamente satisfatória de um ponto de vista científico, mas não é eficaz para compreendermos aquilo que no SC se pensa ou estabelece como sendo "raça". Conceber a "raça" como população biológica implica aceitar a existência de algum tipo de reprodução isolada durante a evolução do ser humano, a qual pode ou não perpetuar-se hoje – ideia rejeitada por Zack e Appiah. Considerando as polémicas envolvidas em torno da possibilidade de desenvolvimento de um conceito biológico de "raça", sobretudo, em torno da fomentação de diferenças sociais e políticas, convém esclarecer que as perspectivas apresentadas não constituem um argumento favorável à desigualdade entre os indivíduos, distinguindo-se do racismo⁷⁰, quer pelos conceitos envolvidos como pela natureza das investigações.

Em contraste com a negação da existência de "raças", Pigliucci e Kaplan (2003) num artigo intitulado *On the Concept of Biological Race and Its Applicability to Humans*, sugerem a aplicação do termo *ecotype* (ecótipo) para designar "raça". Os ecótipos designam a existência de um grupo de indivíduos ("raça" no interior de uma espécie) geneticamente adaptados a um certo ambiente: *populações locais* adaptadas a determinados ambientes ou regiões, que expressam diferentes características. Os ecótipos podem ser diferenciados com base em algumas diferenças genéticas, dado que existe uma conexão entre diferenciação genética e adaptação ecológica, mas tal não implica necessariamente uma distinção filogenética⁷¹. Segundo estes autores, a maioria dos argumentos favoráveis à eliminação da "raça" ou à conclusão da sua inexistência baseiam-se numa interpretação errada dos ecótipos. A evolução humana é marcada pelo *fluxo génico*⁷² (*extensive gene flow*) mas desta transferência e mistura de genes entre os diferentes ecótipos não se pode simplesmente concluir que não existem "raças" biológicas significativas nos humanos, como alguns reivindicam. Embora a variação

⁷⁰ Ver nota 11 sobre a definição de racismo.

⁷¹ Pigliucci & Kaplan, 2003: 1163.

⁷² O fluxo de génico é também conhecido por migração de genes (transferências de genes de uma população para outra) para dentro ou para fora de uma população que pode ser responsável por uma mudança acentuada nas frequências alélicas (a proporção de membros que exercem uma variante específica de um gene). A imigração pode também resultar na adição de novas variantes genéticas do *pool* genético estabelecido de uma determinada espécie ou população.

genética no ser humano seja relativamente pequena⁷³, as diferenças genéticas adaptativas podem ser mantidas entre populações através da selecção natural mesmo quando há fluxo genético significativo entre as populações⁷⁴, razão pela qual faz sentido aplicar o termo ecótipo ao ser humano. Para Kaplan e Pigliucci há uma evidência que as “raças” humanas biológicas existem, mesmo que tal descrição não corresponda ao número de “raças” populares partilhadas no SC – *desacordo extensional* reclamado por Glasgow. Falar de “raças” é tão natural como falar de genes ou células, a única diferença está na precisão da sua diferenciação e no uso que delas pretendemos fazer. Apesar de parecer demasiado óvia para alguns, a proposta de Kaplan e Pigliucci não é isolada, mas também não é amplamente partilhada pelos círculos académicos. Na maioria das vezes não é devidamente esclarecido que a redução da variabilidade nos humanos e da sua evolução não pretende oferecer mais do que uma via para salvaguardar a existência única e rica dos seres humanos. A ideia contrária de uma sobrevalorização de um grupo ou população está associada a movimentos específicos que envolvem teor diverso.

Uma perspectiva semelhante sobre o conceito de “raça” é desenvolvida por Kitcher (1999), Andreasen (2000) e, posteriormente, por Hardimon (2003). Esta abordagem irá centrar-se particularmente em Kitcher e Andreasen com o objectivo de mostrar que a noção de “raça” como população biológica não parece diferir abissalmente do conceito ordinário de “raça” (COR) – tal como é reclamado por Glasgow – embora não exista uma correspondência satisfatória com o número de “raças” reclamadas pelo SC. Apoiando-se na noção de populações biológicas, Andreasen defende a tese de que nós podemos entender as populações humanas como divisões em subespécies de linhas cladísticas, desenvolvendo aquilo a que se chama de *conceito cladístico de raça* (CCR). Para compreendermos e aceitarmos o CCR é necessário comprometermo-nos com o método de classificação cladística⁷⁵. Um cladista organiza as populações biológicas numa árvore

⁷³ As recentes publicações sobre a variação genética defendem a inexistência de variação significativa no interior da espécie humana, razão pela qual não há pertinência biológica na sua divisão em populações.

⁷⁴ Pigliucci & Kaplan, 2003: 1164.

⁷⁵ O cladismo é uma das maiores escolas de taxonomia biológica do séc. XX fundada por Willi Henning (1966). O cladismo é um método de classificação que tenta desvendar as relações genealógicas entre as duas espécies, salientando apenas as características avançadas que compartilham. A representação gráfica dos resultados de tal análise é o cladograma; ver em King, Robert C., Mulligan, Pamela K., and

filogenética, indicando apenas o ancestral comum e as relações descendentes. Tradicionalmente, as árvores filogenéticas são construídas com pontos de ramificação, representando eventos de especiação. Na maioria das vezes, as ramificações envolvem a divisão de uma população em duas populações filhas, exibindo isolamento reprodutivo:

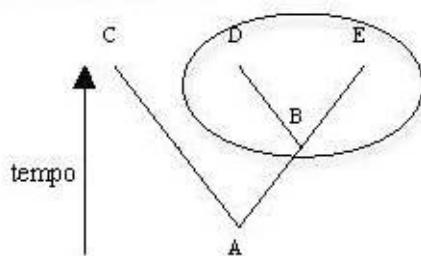


Figura 2. Cladograma

Os cladistas identificam na árvore espécies com segmentos monofiléticos (ver na figura 2: BD, BE). Andreasen estende a tradicional taxonomia cladística ao nível da subespécie, argumentando que um cladograma pode ser construído seguindo as relações geneológicas das populações humanas. Cada ramo da árvore filogenética representa as relações evolutivas entre a reprodução isolada das populações humanas. Para Andreasen, as “raças” podem ser definidas como grupos monofiléticos de tais populações⁷⁶. Isto implica que cada população tem de estar reprodutivamente isolada numa porção significativa da história evolutiva antes de poder ser designada uma “raça” cladística. Andreasen acredita que as “raças” humanas existiram no passado com ramificações claramente isoladas, mas que as mesmas dificilmente podem ser identificadas com as actuais populações nos E.U.A. devido à mistura racial das populações inicialmente isoladas conduzindo inevitavelmente à dissolução gradual da distinção racial: “Eu sustento que as raças existiram uma vez, mas podem estar a caminho de se tornarem extintas.”⁷⁷

Stansfield, William D. (2006), *A Dictionary of Genetics* (7th ed.: Oxford University Press), 86.

⁷⁶ Andreasen, 2007:95

⁷⁷ Andreasen, 2005:96

Kitcher, tal como Andreasen, argumenta que as “raças” podem ser definidas, em parte, por populações reprodutivamente isoladas, porém não requer a existência de grupos monofiléticos, revelando-se mais optimista quanto à existência actual de “raças”. Ao contrário da maioria dos investigadores raciais, Kitcher não está interessado nos vários conceitos de “raça” desenvolvidos ao longo dos tempos, mas no modo como os “biólogos empregam a noção de “raça” e como podemos considerar a nossa espécie de uma forma semelhante”⁷⁸. Enquanto para Andreasen as populações raciais podem existir como *clados*⁷⁹ ou segmentos monofiléticos de uma árvore filogenética que reconstrói a história evolutiva da humanidade (ou seja, a genealogia é suficiente para definir “raças”).

Kitcher utiliza a noção de “raça” pura⁸⁰ (ou população fundadora) para argumentar que a divisão racial só possui interesse biológico se satisfizer duas condições: i) os membros das raças puras possuírem um fenótipo distinto ou propriedades genéticas distintas; ii) as populações “misturadas” são relativamente pequenas, pelo menos, ao longo das gerações entre a origem e o presente⁸¹.

Kitcher defende um conceito de “raça” *minimalista*: a “raça” não é nada mais do que uma “linhagem pura em que a endogamia⁸² pode ter sido inicialmente resultado de um isolamento geográfico que eventualmente deu origem a diferenças no fenótipo e a alguma interferência no cruzamento livre.⁸³ A noção de “raça” que Kitcher sugere não é morfológica, mas baseada nos padrões de reprodução: a possibilidade da divisão racial é específica para um conjunto de população presente numa certa região geográfica específica⁸⁴. Kitcher comprehende as “raças” como um certo tipo

⁷⁸ Kitcher, 1999, 95.

⁷⁹ Em estudos evolutivos, um *taxon* ou outro grupo constituído por uma única espécie e os seus descendentes; um conjunto de espécies representando um ramo distinto em uma árvore filogenética. Graficamente um clado inclui a espécie representada pelo nó e todos os ramos que brotam da mesma; ver em King, Robert C. , Mulligan, Pamela K., and Stansfield, William D. (2006), *A Dictionary of Genetics* (7th ed.: Oxford University Press), 86.

⁸⁰ Esta noção de “raça” pura não possui nenhum tipo de conotação negativa, refere-se à ideia de “linhagens completamente inatas”, grupos de indivíduos com características “originais”, i.e. que não foram misturadas.

⁸¹ Kitcher, 1999, 95.

⁸² Cruzamento entre plantas ou animais relativamente próximos.

⁸³ Kitcher, 2007, 296.

⁸⁴ kitcher, 1999, 99.

de linhagens populacionais reprodutivamente isoladas⁸⁵, sendo possível, numa determinada região geográfica existirem dois grupos racialmente divididos, mesmo que noutros sítios não estejam: “quando as raças se desenvolvem juntamente, as diferenças no acasalamento na intra-racialidade e na inter-racialidade são suficientes para sustentar traços diferentes que marcam as raças”⁸⁶. Para Kitcher, o conceito de “raça” humana pode ter um significado biológico, uma vez que existem diferenças na frequência dos genes que podem ser preservados devido à baixa probabilidade de reprodução inter-racial: “quando as linhagens entram em contacto, as taxas de casamento inter-linhagem permanecem significativamente inferiores às taxas do casamento intra-linhagem”.⁸⁷⁸⁸ Eis um esquema exemplificativo da teoria de Kitcher:

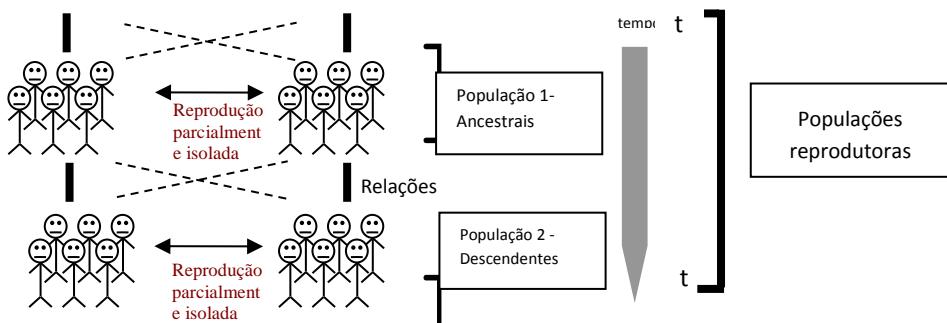


Figura 3. Populações no tempo

Kitcher opõe-se, assim, ao *eliminativismo* na medida em que considera que a divisão racial compreende o padrão da reprodução, “podemos tomar a raça como sendo remota, procurando o tempo da sua origem, o período geográfico de separação ou podemos supor que o processo de formação da

⁸⁵ Reprodução isolada - zonas híbridas (*hybrid zones*): espaço onde duas espécies se encontram e produzem espécies híbridas; são estáveis, porque os genes de uma espécie não fluem para as outras.

⁸⁶ Kitcher, 1999, 97.

⁸⁷ Kitcher, 2007, 297.

⁸⁸ Kitcher recorre a um vasto conjunto de dados relativos à percentagem de casamentos interraciais nos E.U.A. verificando que a taxa dos casamentos interraciais é muito inferior à taxa dos casamentos intra-raciais.

raça começou no tempo da reconstrução.»⁸⁹. Kitcher e Andreasen acreditam que os grupos populacionais que propõem e discutem podem desviar-se de forma importante da visão do SC, tal como acontece com muitos outros conceitos científicos (mamífero; vidro, etc.)⁹⁰ – desacordo extensional. Provavelmente, nenhum deles acredita que tais grupos populacionais possuam uma explicação tão importante como o SC lhes atribui. Aquilo que realmente importa a estes *naturalistas raciais* é saber se tais grupos populacionais podem ser apropriadamente chamados de “raças”, ou seja, se existem diferenças biológicas relevantes entre as populações que tornem legítima a divisão racial.

O conceito de raça encontra-se intrinsecamente relacionado com a etnicidade, não sendo possível afirmar que a “raça” não tem qualquer relação com a “cultura” ou a sociedade humana: a “raça” não está inscrita na natureza, “nós dividimo-nos onde a natureza não o faz”⁹¹ e não o fazemos à sorte, mas com objectivos. Independentemente das “raças” serem ou não uma realidade biológica, as pessoas pertencem a diferentes “raças” na medida em que nós reconhecemos algumas características físicas diferentes como sendo relevantes para contar como um grupo “racial”, em detrimento de outras⁹²⁹³. As diferentes características existentes entre grupos de populações são, tal como afirmam os elminativistas, *superficiais*⁹⁴ na medida em que se opõem às essenciais, mas reflectem distinções genéticas razão pela qual são também suficientemente “salientes”⁹⁵ para os seres humanos as captarem a “olho nu” e estabelecerem divisões. Esta visibilidade das características é importante, pois a “raça” é “essencialmente manifesta”⁹⁶.

A ideia de “raça” é, assim, a ideia de um grupo com um fenótipo distinto – estrutura facial, formato do nariz, cor da pele, textura do cabelo, forma corporal – sendo o que muitas vezes concebemos como COR:

⁸⁹ Kitcher, 1999, 102.

⁹⁰ No uso de termos para tipos biológicos, em nenhuma circunstância foi exigido à ciência que alterasse ou reajustasse as suas definições para que encaixassem no uso do SC; ver (Andreasen, 2005).

⁹¹ Root, 2000, S630.

⁹² Hardimon, 2003, 442.

⁹³ O conceito de “raça” tem legitimidade biológica, mas isso não significa que os conceitos actuais de raça se baseiam primeiro em considerações biológicas.

⁹⁴ Hacking, 2005, 102.

⁹⁵ Kitcher, 2007, 303.

⁹⁶ Hardimon, 2005, 443.

Toda a gente concorda que os seres humanos diferem entre as dimensões mencionadas. Estas são as diferenças que os *eliminativistas* se esforçam para não negar. E toda a gente concorda que estas diferenças são raciais – ou, em qualquer caso, que são o tipo de diferenças a que chamamos racial.⁹⁷

Ao sustentar que não existem “raças”, alguns eliminativistas também pretendem negar a existência de diferenças raciais entre os grupos de populações que são genuinamente raciais – *no race, no racial difference*. Mas parece possível chamar a certas propriedades de “raciais” sem que para isso tenha de se supor que a “raça” é real – as bruxas possuem poderes ocultos, independentemente da sua existência; os unicórnios possuem um chifre em espiral independentemente de serem ou não reais. Aliás, para filósofos como Appiah (não há “raças”) e Zack não parece difícil falar de classes de pessoas que partilham certas características físicas observáveis – as mais notáveis como a cor da pele – e que nós (humanos) somos hábeis a reconhecê-las. No entanto, a distância entre aceitar a existência de talas características em certos grupos e a *ideia* de que os membros dos grupos que as exibem são raciais (as “raças” existem) é tênue. Talvez esta seja a principal razão pela qual os *eliminativistas* mostram relutância em reconhecer que os seres humanos possuem características que podem ser apropriadamente chamadas de raciais.

Se é verdade que existe um mecanismo que permite o parcial isolamento de grupos humanos (reprodução isolada) e se nós somos capazes de observar e reconhecer características fenótipas diferentes entre certos grupos humanos, então a “raça” é real, podendo ser definida como uma população mendeliana (geográfica) que difere na distribuição da frequência dos genes no *pool genético*. Estas diferenças aplicam-se apenas ao nível da população em termos de relativa frequência de características entre populações. Posteriormente, as etiquetas que lhes colocamos e o uso que lhes destinamos estão relacionados com a nossa consciência histórica colectiva de “raça”, com a taxonomia biológica em uso e com a utilidade (fim) que essa mesma divisão nos pode trazer para o melhoramento da vida do homem. Em relação a esta segunda e muito importante tarefa de delineamento e aplicação do conceito muito pouco foi ainda feito, uma vez que este debate só pode ser equacionado quando se ultrapassa o consenso estipulado e partilhado pela maioria dos teóricos oriundos da filosofia, sociologia e biologia de que a “raça” não existe, situação que conduz este

⁹⁷ Hardimon, 2003, 444.

trabalho para um domínio puramente social e antropológico, deixando que as relações entre “raça” e biologia sejam utilizadas de forma livre.

Conclusão: o que podemos esperar do debate sobre conceito de “raça”?

Races do exist, and to say it again, race matters. The questions, rather, must be about the nature of race and then about what, if anything, we can or should do to improve things.⁹⁸

Demasiado centrados na possibilidade da “raça” como entidade biológica, os *eliminativistas raciais*: i) não fornecem uma resposta satisfatória sobre aquilo as “raças” são; ii) julgam que ao eliminar a “raça” toda a carga política e social conflituosa que esta acarreta desaparece; iii) impossibilitam o estudo de um dos conceitos mais violentos da história humana, assim como a possibilidade de descodificar o ser humano nas suas profundezas. Retomando a ideia inicial de que falar de “raças” é falar de algo real, sendo possível desenvolver uma conversação não “oca” entre indivíduos que partilhem o uso do conceito, afigura-se necessário perguntar aos realistas o queremos que a “raça” seja para nós, que realidade racial desejamos. Considerando que as nossas categorias de “raça” são mais fruto da nossa escolha do que da nossa natureza, mas que “não são escolhidas da mesma forma que podemos escolher uma *password* ou um lugar num autocarro vazio”,⁹⁹ importa questionar o que esperamos que a “raça” faça por nós. A sua eliminação não promove consequências imediatas no esquecimento do racismo ou na supressão das diferenças raciais, tal como os críticos raciais gostam de advogar, mas o seu uso e manutenção no discurso podem trazer resultados reais (e directos) para os indivíduos. Afinal, a rejeição da base biológica da “raça” foi unicamente a rejeição de um modelo de diferenciação racial e não a repudião da existência de distinções biológicas (genéticas) entre grupos de indivíduos socialmente reconhecidos como formando diferentes “raças”.¹⁰⁰ Constatando que a investigação genética populacional é hoje uma das áreas de maior entusiasmo na investigação biológica e as

⁹⁸ Ruse, 2006, 185.

⁹⁹ Root, 2000.

¹⁰⁰ Fullerton, 2007, 250.

diferenças estatísticas parecem estar presentes em todos os artigos, os filósofos e outros teóricos deveriam envolver-se criticamente nas práticas científicas e clínicas contribuindo com diferentes formas de reflexão da investigação empírica, procurando circunscrever a informação biológica racial no seu domínio de aplicação. Em vez de se dedicarem a procurar formas alternativas de velhos argumentos, na sua maioria fechados em construções biológicas arcaicas de tipos naturais fixos e imutáveis, desajustados às novidades da literatura genética. Que vantagens podem ter as categorias raciais? Poderão ajudar-nos a diminuir os danos e a obter um conhecimento mais vasto da variabilidade do ser humano? Por que razão tem vindo a ser realizada uma desconstrução massiva do conceito biológico de "raça"? Como é que a teoria da negação das "raças" se tornou comumente aceite? A resposta a estas e outras perguntas da mesma índole deverá ser o objectivo central do actual *conflito* (sobretudo, entre os profissionais da biomedicina) sobre a "raça" repensar a sua solidez e utilização. Ignorar a existência de uma base biológica ou genética na "raça" é ignorar o contínuo interesse científico, assim como as implicações sociais e biomédicas inerentes a este tipo de investigação. Os filósofos e outros críticos deviam dedicar-se ao esclarecimento do conceito, na averiguação do seu uso no contexto científico actual, sobretudo, na sua reconstrução numa ciência cada vez mais tecnológica.

Referências Bibliográficas

- Andreasen, R. O., 2000, Race: Biological Reality or Social Construct. *Philosophy of Science*, 67, 653-66.
- 2005, The Meaning of Race: Folk Conceptions and the New Biology of Race. *The Journal of Philosophy, Inc.*, 102 (2), 94-106.
- 2004. The cladistic race concept: a defense. *Biology and Philosophy*, 19, 425-442.
- Appiah, A. K. 1992, The Uncompleted Argument: Du Bois and the Illusion of Race. In: "Race", *Writing, and Difference*, University of Chicago Press Journals.
- 1996, Race, Culture, Identity: Misunderstood Connections. In: *Colour Conscious: The Political Morality of Race*, New Jersey, Princeton University Press, 30-74.
- 1999, Why There Are No Races. In: *Racism - Key Concepts in Critical Theory*. New York, Humanity Books, 267-77.
- Bamshad, M. J. O., Steve E., 2003, Does Race Exist?. *Scientific American*, 289, 78-85.
- Banton, M.; Haerdwood, J., 1975, *The Race Concept*, n. p., Praeger.
- Banton, M., 2010, *A Ideia de Raça*, Lisboa, Edições 70.
- Baker, P. T., 1967, The biological race concept as a research tool. *American Journal of Physical Anthropology*, 27 (1), 21-25.
- Bernasconi, R. and Lott, T. L., 2000, *The Idea of Race*, Hackett Publishing Company, Inc..
- Du Bois, W. E. B., 1897, The Conservation of Races. *The American Negro Academy Occasional Papers*, 2.
- Bhopal, R., 2003, Glossary of terms relating to ethnicity and race: for reflection and debate. *J. Epidemiol Community Health*, 58, 441-445.
- Dupré, J., 1981, Natural Kinds and Biological Taxa. *The Philosophical Review*, 90 (1): 66-90.
- 2008, What Genes Are and Why There Are No Genes For Race. In: *Revisiting Race in a Genomic Age*, Rutgers University Press, 39-55.
- Ereshefsky, M., 2009, Species, Taxonomy, and Systematics. In: *Philosophy of Biology*, Oxford, Wiley-Blackwell, 256-271.
- Fullerton, S. M., 2007, On the Absence of Biology in Philosophical Considerations of Race. In: Sullivan, S. and Tuana, N. (Eds.), *Race and Epistemologies of Ignorance*. New York, State University of New York Press.
- Glasgow, J. M., 2003, On the new biology of race. *Journal of Philosophy*, 100 (9), 456-474.
- 2006, A Third Way in the Race Debate. *The Journal of Political Philosophy*, 14 (2), 163-185.
- 2009. *Theory of Race*, New York, Routledge.
- Hacking, I., 2005, Why race still matters. *Dædalus Winter*, 102-16.

- Hardimon, Michael O., 2003, The Ordinary Concept of Race. *The Journal of Philosophy*, 100 (9), 437-55.
- Haslanger, S., 2008, A Social Constructionist Analysis of Race. In: *Revisiting Race in a Genomic Age*, Rutgers University Press, 56-69.
- Jones, R. A., 2005, Race and Revisability. *Journal of Black Studies*, 35 (5), 612-32.
- Jorde, B. L. W., Stephen P., 2004, Genetic Variation, Classification and Race. *Nature Genetics*, 36 (11), S28-S33.
- Kaplan, J.; Pigliucci, M., 2002, On the Concept of Biological Race and Its Applicability to Humans. In: *Philosophy of Science Assoc. 18th Biennial Mtg* (PSA 2002: Contributed Papers; Milwaukee, WI).
- King, R. C., Mulligan P. K.; Stansfield, W. D. (Eds.), 2006, *A Dictionary of Genetics*, 7th ed., Oxford University Press.
- Kitcher, P., 1999, Race, Ethnicity, Biology and Culture. In: *Racism - Key Concepts in Critical Theory*, New York, Humanity Books, 87-116.
- 2007, Does Race Have a Future?. *Philosophy & Public Affairs*, 35 (4), 293-317.
- Marks, J., 2008, Past, Present, and Future. In: *Revisiting Race in a genomic age*, Rutgers University Press, 21-38.
- Mayr, E., 1999. *Systematics and the Origin of Species*, n. p., Harvard University Press.
- 2002, *What Evolution Is*, Phoenix 350.
- 2002, The Biology of Race and the Concept of Equality. *Daedalus*, 231 (1), 89-98.
- Mills, C., 1999, The Racial Polity. In: *Racism and Philosophy*, Campbell University Press, 13-31.
- Montagu, A., 1997, *Man's Most Dangerous Myth*, Walnut Creek, Altamira Press.
- Mosley, A., 1999, Negritude, Nationalism and Nativism: Racists or Racialists? In: Leonard Harris (ed.), *Racism - Key Concepts in Critical Theory*, Humanity Books, 74-86.
- Ousley, S., Jantz R. and Freid D., 2009, Understanding Race and Human Variation: Why Forensic Anthropologists are Good at Identifying Race. *American Journal of Physical Anthropology*, 139, 68-76.
- Outlaw, L. T. J., 1996, Against The Grain Of Modernity - The Politics of Different and the Conservation of Race. In: *On Race and Philosophy*. New York, Routledge, 134-157.
- Pigliucci, M., Kaplan, Jonathan, 2003, On The Concept of Race and Its Applicability to Humans. *Philosophy of Science*, 70, 1161-1172.
- Reid, Jasper, 2002, Natural Kind Essentialism. *Australasian Journal of Philosophy*, 80 (1), 62-74.
- Risch, N., Burchard E., Ziv E., et al., 2002, Categorization of humans in biomedical research: genes, race and disease. *Genome Biology*, 3 (7).

- Root, M., 2000, How We Divide the World. *Philosophy of Science*, 67 (3), 628-639.
- Rosenberg, Noah A., et al., 2002, Genetic Structure of Human Populations. *Science*, 298 (5602), 2381-85.
- Ruse, Michael, 1996, *Darwin and Its Discontents*, New York, Cambridge University Press.
- Taylor, P. C., 2004, *Race - A Philosophical Introduction*, Cambridge, Polity Press.
- Zack, Naomi, 2002, *Philosophy on Science and Race*, Routledge.
-- 2003, Race and Philosophy of Meaning. In: Bernard Boxill (ed.), *Race and Racism*, Oxford University Press, 43-57.